

Protocolo



Prefeitura Municipal de Monte Carmelo
Estado de Minas Gerais

Protocolo

0027738/2019

RECIBO

Inscrição

Sector/Quadra/Lote/Sub Lote

Data: 09/10/2019 14:19:48

Impressão: 09/10/2019 14:21:28

Requerente: 000279397 - RENATA SIMOES DE LIMA

CPF: 124.373.386-16

Endereço: RUA ARARAS, 643

Documentos Solicitados

027231/018 - Geral: LICITAÇÃO

ENCAMINHA ENVELOPE REFERENTE A IMPUGNAÇÃO AO EDITAL. PROCESSO 107/19. EDITAL 74/19. LICITAÇÃO.



EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) PREGOEIRO DA COMARCA DE MONTE CARMELO, DA SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA – SETOR DE LICITAÇÕES.

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

Processo: nº 107/2019

Modalidade: Pregão – Registro de Preços nº 74/2019

Edital: nº 74/2019

Tipo: Menor Preço Por Item,

Impugnante: Renata Simões de Lima

A (o) Sr.(a) Pregoeiro (a) da Prefeitura Municipal de Monte Carmelo, da Secretaria Municipal de Fazenda – Setor de Licitações

RENATA SIMÕES DE LIMA
MARTIS CONSTRUTORA COMÉRCIO E TRANSPORTE EIRELI - ME
com sede à RODOVIA MG 414 KM 12 A ESQUERDA 1 KM - ZONA RURAL
inscrita no C.N.P.J. nº 26.268.907/0001-16, vem, respeitosamente, perante V.
Sa, apresentar IMPUGNAÇÃO AO EDITAL do PREGÃO ELETRÔNICO em
epígrafe, com fulcro no inciso I, § 1º do art. 3º da lei 8666/1993, pelos
fundamentos demonstrados nesta peça.

I - TEMPESTIVIDADE.

Inicialmente, comprova-se a tempestividade desta impugnação, dado que a sessão pública presencial está prevista para 11/10/2019, tendo sido, portanto, cumprido o prazo de 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para o recebimento das propostas, em conformidade com o artigo 41, §2.º da lei 8666/1993 e artigo 18 do Decreto Federal nº 5450/2005, bem como no item 13.1 do edital do Pregão em referência.



II- OBJETO DA LICITAÇÃO.

O Pregão Eletrônico em referência tem por objeto o “Registro de Preços para Futura e Eventual Contratação de Empresa para a Prestação de Serviços Mecânicos, com Fornecimento de Peças, para a Frota de Veículos Leves do Município de Monte Carmelo - MG, com Reserva de Itens para Participação Exclusiva de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedor Individual”.

A presente impugnação apresenta questões pontuais que viciam o ato convocatório, quer por discreparem do rito estabelecido na lei 8666/1993 (com alterações posteriores), por restringirem a competitividade, condição esta essencial para a validade de qualquer procedimento licitatório.

Pretende também apontar situações que devem ser esclarecidas, facilitando-se a compreensão de determinadas cláusulas e evitando-se interpretações equivocadas.

Passo a tecer os fundamentos que justificam a presente impugnação.

III - FUNDAMENTOS DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL.

1) DA IMPOSSIBILIDADE DE RESTRIÇÃO GEOGRÁFICA.

No caso em tela, ver-se-á que as exigências editalícias extrapolam a Lei de Licitações.

Para o saudoso e insigne HELY LOPES MEIRELLES, “o princípio da legalidade é o princípio basilar de toda Administração Pública. Significa que toda atividade administrativa está sujeita aos mandamentos da lei e deles não pode se afastar ou desviar, sob pena de invalidade”. (In Licitação e Contrato Administrativo, Malheiros, 12ª Edição/1999, p 34).



No mesmo sentido afirma o ilustre MARÇAL JUSTEN FILHO:

“No procedimento licitatório, desenvolve-se atividade vinculada. Isso significa ausência de liberdade (como regra) para a autoridade administrativa. A lei define as condições de atuação estabelecendo a ordenação (sequência) dos atos a serem praticados e impondo condições excludentes de escolhas pessoais ou subjetivas”. (In Comentário à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, Dialética, São Paulo, 1999, p. 65).

O legislador pátrio, com sapiência instituiu dentre os princípios constitucionais, o da legalidade (art. 37, caput), estatuidando a vinculação ao princípio da legalidade também nas contratações públicas, determinando observância à lei de regência, que é a de n.º 8.666/93.

Assim, o aludido diploma legal, no art. 3º, estabelece como princípio fundamental também das licitações públicas, o da legalidade. Pela eficácia, nada pode fazer o Administrador Público, em tema de contratações, que contrarie a Lei n.º 8.666/93 e, em última instância, a Constituição Federal.

Nesse sentido, as cláusulas do ato convocatório devem ser interpretadas sempre em conjunto com a lei de regência, suporte da conduta do Administrador Público, nos termos da Constituição Federal.

É cediço que o processo licitatório está subordinado a princípios jurídicos rígidos, como o da isonomia, da exectoriedade das leis sem discricionariedade, da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da probidade, da publicidade.

Ao que se extrai do bojo do instrumento editalício, que não pode coexistir numa licitação pública, eia, pois, são exigências descabidas, ilegais e absurdas, em tudo incompatíveis com o objeto da licitação e isso, à toda evidência, é o caso dos autos.

É consabido que o instrumento jurídico para afastar a arbitrariedade na escolha dos contratantes e a isonomia entre eles, a priori, significa tratamento



igual para situações iguais e, por isso, as exigências constantes do edital são endereçadas a todos, indistintamente, que se disponham a concorrer ao objeto licitado.

Sob esse prisma, pode-se concluir que essa ou aquela exigência, quando legal, não cria desigualdade alguma entre os interessados, mas apenas decorre do poder da Administração Pública escolher e contratar o licitante que melhor atenda aos seus interesses, no entanto, as exigências contidas no **subitem 3.1.1** do edital extrapola a lei específica e infringem princípios constitucionais e, em assim sendo, não pode ser considerada válida.

O tópico 3, intitulado “ESPECIFICAÇÃO”, contido nas ff. 34/35, traz em seu subtítulo, especialmente, o 3.1.1, alínea “a” esboça uma **cláusula de restrição geográfica**, deste modo, maculando expressamente o processo licitatório, nos seguintes termos:

3. ESPECIFICAÇÃO

3.1 - Para fornecimento dos itens, objeto deste Certame, a Empresa Contratada deverá fornecer os itens, dentro dos padrões de qualidade exigidos por lei e pela Secretaria Municipal de Obras Transportes e Serviços Públicos, e ainda de acordo com as especificações contidas neste Edital e seus anexos.

3.1.1 - Requisitos Necessários da Qualificação Técnica, das Instalações e dos Equipamentos para a Prestação dos Serviços Mecânicos.

Considerando que a Prestação de Serviços de Serviços Mecânicos para a frota de veículos da Prefeitura são atividades complexas e especializadas, com utilização de ferramentas diversas e aparelhos computadorizados, a Contratada deve dispor de uma estrutura mínima composta de: Instalações físicas adequadas, aparatos tecnológicos, traduzido em equipamentos eletroeletrônicos apropriados e mão-de-obra especializada em Serviços Mecânicos para Veículos Leves.

a) **- Deverá Possuir Oficina bem estruturada, situada no Perímetro Urbano do Município de Monte Carmelo – MG e ainda: (grifos nossos).**

b) possuir área útil, coberta, disponível para receber com segurança, simultaneamente, no mínimo, 03 (Três) veículos;



[...]

É importante salientar que o inciso I, § 1º do art. 3º da lei 8666/1993, traz os seguintes termos:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. (Redação dada pela Lei nº 12.349, de 2010) (Regulamento) (Regulamento) (Regulamento)

§ 1º É vedado aos agentes públicos:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5º a 12 deste artigo e no art. 3º da Lei no 8.248, de 23 de outubro de 1991; (Redação dada pela Lei nº 12.349, de 2010).

Deste modo, expressamente o presente edital restringe e frustra o caráter competitivo do processo, vez que limita a atuação de empresas que não possui localização no perímetro urbano do Município de Monte Carmelo.

Vejamos manifestações quanto a este tipo de restrição pelo Tribunal de Contas da União (TCU):

TCU – Decisão 369/1999 – Plenário – “8.2.6 abstenha-se de impor, em futuros editais de licitações, restrições ao caráter competitivo do certame e que limitem a participação de empresas capazes de fornecer o objeto buscado pela Administração Pública, consoante reza o art. 3º, § 1º, inciso I, da Lei nº 8.666/93;”

TCU- Acórdão 1580/2005 – 1ª Câmara – “Observe o § 1º, inciso I, do art. 3º da Lei 8.666/1993, de forma a



adequadamente justificar a inclusão de cláusulas editalícias que possam restringir o universo de licitantes.”

Muito embora o edital se esforce na tentativa de apresentar justificativa a despeito da restrição geográfica, tais alegações não merecem ser consideradas, em razão de limitar a concorrência. Ademais, tal cláusula fomenta a formação de um monopólio local, não permitindo a ampla participação de empresa no certame.

É importante salientar que, as eventuais custas com o transporte dos veículos danificados não lesarão o erário, desde que a quilometragem não seja superior a 100 km da cidade de Monte Carmelo, deste modo, combatendo a eventual monopolização de oficinas locais.

O doutrinador Marçal Justen Filho explica que o edital tem de estabelecer as regras necessárias para seleção da proposta vantajosa. A alínea “f” do subitem 3.1.1 (f. 35) estabeleça os dizeres:

c) A exigência referente à localização se faz necessária tendo em vista a obtenção da proposta mais vantajosa para este Município, pois, se a distância entre a sede da Secretaria Municipal de Obras, Serviços Públicos e Transporte, que responsável pela guarda e transporte dos veículos e a Contratada for maior que a determinada, a vantagem do “menor preço” ficará prejudicada em razão do aumento do custo com o deslocamento da frota. A distância máxima se justifica pelo custo de transporte do veículo da sede da Secretaria de Obras até a oficina e da oficina até a Secretaria, que é Obrigação da CONTRATANTE (Prefeitura de Monte Carmelo), pelo consumo de combustível nos deslocamentos, pela utilização de pessoal para efetuar os deslocamentos, pelo prazo excessivo de entrega dos veículos e ainda pelo risco de acidentes de trânsito (que podem aumentar o custo da manutenção da frota de veículos oficiais).



Portanto, a partir dos entendimentos tecidos, outrora, pelo TCU, a retro transcrita justificativa de restrição geográfica não é suficientemente plausível para limitar a participação de empresas com menos de 100 km de distância da referida cidade, isto é, Monte Carmelo – GO.

IV - REQUERIMENTOS.

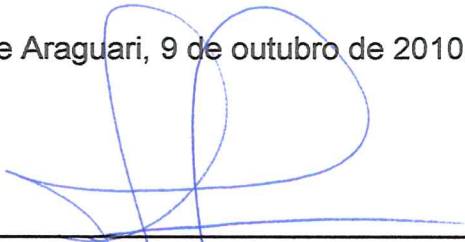
Em síntese, requer sejam analisados os pontos detalhados nesta impugnação, com a **correção necessária** do ato convocatório para que se afaste qualquer antijuridicidade que macule todo o procedimento que se iniciará.

Tendo em vista que o pregão presencial está designada para 11/10/2019, requer, ainda, seja conferido **efeito suspensivo** a esta impugnação, adiando-se a referida sessão para data posterior à solução dos problemas ora apontados. Requer, caso não corrigido o edital nos pontos ora invocados, seja mantida a irrisignação da ora impugnante, para posterior juízo de anulação por parte da autoridade competente para tanto.

Por fim, alternativamente, caso a decisão de restrição geográfica se mantenha, pela ampliação da quilometragem das empresas participantes, com vistas ao combate de eventual monopólio local, bem como em razão do estímulo a competitividade para que assim, o erário seja superavitário.

Pelo que **PEDE DEFERIMENTO**,

De Araguari, 9 de outubro de 2010.



Renata Simões de Lima
Auxiliar Jurídico
CPF 124.373.386-16